

BENITES, Tônico. A escola na ótica dos Ava Kaiowá: impactos e interpretações indígenas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012. 120p. Coleção *Os Primeiros Brasileiros*, v. 1.

João Henrique da Silva

Mestrando em Educação pela UFGD
Bolsista PROESP/CAPEs

Adriano São João

Doutor em Teologia pela PUG - Roma
Professor Adjunto nos cursos de Filosofia e Teologia na FACAPA

Tônico Benites nasceu e cresceu na Terra Indígena Sassoró. Frequentou a educação escolar também em Sassoró, na sede da Missão Evangélica Caiuá, no começo da década de 80. Sua família extensa é originária da *tekoha* Jaguapiré (expulsos nos anos 70). Benites viveu no período de conflitos e lutas pela ocupação de terras durante a sua fase estudantil, no trabalho como professor, em seguida, auxiliando os pesquisadores e mais tarde se tornando um próprio pesquisador do povo *Ava Kaiowá*. Também foi representante político das famílias kaiowá nos anos finais da década de 80, participando de vários eventos (por exemplo, o *Aty Guasu*). Ele se graduou em Pedagogia na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Depois fez o mestrado em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro – Museu Nacional. No momento está cursando o doutorado no mesmo programa de pós-graduação, sendo, neste período, muito requisitado por pesquisadores indigenistas, lideranças políticas e indígenas para discutir a temática indígena.

Neste trabalho, será resenhada a obra “A escola na ótica dos Ava Kaiowá: impactos e interpretações indígenas”, fruto da dissertação defendida por Tônico Benites no mestrado. Essa obra faz parte do primeiro volume da coleção “Os primeiros brasileiros”, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ) e entre outras instituições.

O tema central do livro é a educação escolar para indígenas, descrita e analisada segundo a perspectiva das famílias *Ava Kaiowá*. Trata-se de uma pesquisa etnográfica, de cunho colaborativo ou participativo, sobre como as famílias extensas das aldeias de Sassoró e de Jaguapiré relacionam e avaliam as imposições da escolarização pelo não-índio e pelo missionário diante da sua organização social. O autor demonstra como funciona uma estrutura articulada de conhecimentos, atitudes e

papeis na cultura kaiowá, por meio das quais as famílias proporcionam a socialização das crianças e dos jovens, gestando os futuros membros das suas famílias. Apresenta como que ocorre uma educação doméstica nos seios das diferentes famílias extensas *Ava Kaiowá* e sua viabilidade para a formação humana dos seus membros. Também evidencia a forma colonial da escolarização impostas nas aldeias, bem como a luta e a reivindicação das famílias para assegurar um modelo de educação formal que respeitasse a cultura indígena Kaiowá e suas peculiaridades.

A obra utiliza como ferramenta analítica o conceito de “tradições de conhecimento” (Barth), sendo uma pesquisa fundada nas próprias experiências de vida (pessoal, estudantil e profissional) do pesquisador. Na parte introdutória da obra, Benites expõe que a sua pesquisa assenta-se não somente nos dois anos de pesquisa de campo, “[...] mas também em uma experiência vivida como membro de uma família extensa kaiowá e, nos últimos dez anos, como professor indígena da prefeitura de Tacuru (MS)” (p. 16). A experiência profissional lhe permitiu refletir e avaliar o processo de educação formal e as percepções das famílias extensas sobre a escola, além de outros questionamentos relacionados às condições de vida que estavam sendo impostos pelos não-índios (*karaí*), missionários, instituições federais, estatais e regionais.

A obra compõe-se de três capítulos. Ao final, apresenta um glossário para melhor compreensão dos termos e expressões indígenas. Na parte introdutória do livro, o autor esclarece a sua relação com o povo indígena Kaiowá, as lideranças indígenas, as instâncias governamentais e com os pesquisadores. Discorre como que surgiram as perguntas para balizar o objetivo, o problema e a justificativa do seu projeto de pesquisa.

No primeiro capítulo, “Tradições de conhecimentos e história das formas de dominação”, Benites manifesta-se sobre a fundamentação epistemológica e conceitual da pesquisa, bem como relata o processo de colonização no estado do Mato Grosso do Sul perpetrados pelo Estado Brasileiro, fazendeiros e missionários, surtindo efeitos na sua organização social e na imposição de um sistema educação formal.

No presente capítulo, Tônico expõe os conceitos fundantes da sua pesquisa, tais como: cultura (Schwartz); tradições de conhecimento (Barth); fluxos culturais (Barth e Hannerz), estoques culturais (Barth), relação interétnica (Pacheco de Oliveira), flexibilização técnico-científica (Mura), territorialização e entre outros.

Para o autor, a organização social dos *Ava Kaiowá* não possui uma estrutura social hierarquizada, uniforme, linear, homogeneizante. Pelo contrário, as famílias extensas desse grupo constituem-se de modo específico e diferenciado, considerando os vários graus de relação interétnica e de acordo com o espaço territorial e a situação atual vivenciada. Como esclarece Benites, “[...] em face do processo de colonização do seu território, a organização social dos *Ava Kaiowá* foi importante e é vital no presente para constituir, ressignificar e adaptar o seu modo de ser e viver contemporâneo” (p. 22).

O autor observa que as famílias extensas kaiowá na contemporaneidade produzem um modo de ser peculiar caracterizado pelo *teko reta* (“o modo de ser múltiplo dos conjuntos dessas famílias indígenas kaiowá”). Consiste na forma de permanecer o “modo de ser e de viver” do kaiowá contraposto com o modo de ser do não-índio, principalmente, diante do impacto causado pela introdução e interferência da escola e de outras políticas públicas indigenistas. Refere-se à continuidade da reflexão nativa sobre os fatos ocorridos, bem como a construção de uma teoria e a socialização de novos conhecimentos diante das experiências de vida, levando as famílias extensas

kaiowá possuir diferentes estratégias no contexto social e a produzir uma flexibilização técnico-científica diante da dominação neocolonial.

Desse modo, Benites faz uma abordagem histórica do povo Guarani, em especial, dos *Ava Kaiowá*, por meio de uma literatura antropológica e historiográfica, relatando a origem e os processos de colonização desde o século XVI. Descreve como se estruturava a organização social Guarani e, posteriormente, dos Kaiowá nas aldeias Sassoró e Jaguapiré. O antropólogo informa como eram suas habitações e atividades sociais, religiosas e de subsistência. Também discorre sobre a relação interétnica com os bandeirantes, viajantes, “capitão indígena” e missionários (jesuítas e protestantes). Enfatiza como que se deu a exploração do trabalho na empresa Matte Laranjeira e os processos de aldeamentos no estado do MS que, por sua vez, retiraram os indígenas de suas terras e os colocaram em reservas, confinando-os a uma pequena parte de terra chamada inicialmente Posto Indígena.

Também narra a imposição da escolarização e da religião aos indígenas assentados no Posto Indígena Sassoró geridas pela Missão Evangélica Caiuá que tinha uma perspectiva integracionista, civilizatória e redentora para com o grupo Kaiowá, desrespeitando os seus modos de ser e viver. Quanto ao sistema da educação formal indígena na aldeia Jaguapiré, o autor demonstra que houve diversos obstáculos na sua concretização, em especial, na contratação de professores. Aliás, atualmente em ambas as aldeias existem o padrão educacional dos *karai* nas escolas indígenas. Nas aldeias, há rivalidade entre as famílias extensas kaiowá para ter um dos seus membros como “capitão indígena”, porque este indica os cargos de diretor, coordenador pedagógico e professor, corroborando na conquista de mais vantagens políticas, sociais e econômicas sobre outras famílias.

O segundo capítulo, “Organização social e transmissão de conhecimentos entre os *Ava Kaiowá*”, disserta sobre a organização política e doméstica, o namoro-casamento kaiowá, o processo de educação kaiowá, os papéis dos membros da família doméstica e as fases educativas das crianças.

Benites também explicita como que se regem as relações e a constituição das famílias extensas, bem como quais os tipos de líderes existem e quais são as suas funções. Apresenta que cada família extensa é identificada de diferentes maneiras. Em seguida, informa como que existiram as formas (e aquelas que permaneceram ou foram alteradas) da organização social kaiowá, tais como: a residência das famílias; a constituição da família nuclear com suas alianças e valores; a interação entre as famílias após o casamento; o surgimento de novos cargos; os rituais e costumes dos *Ava Kaiowá*; os novos espaços de sociabilização (“baile”); o estilo comportamental do “crente” indígena; os conflitos entre as famílias indígenas pelos estilos e costumes peculiares (por exemplo, a existência do namoro-casamento); os conflitos intra e intercomunitários sobre as práticas educativas para as crianças; a participação política e social dos sexos.

Acrescenta-se que o presente capítulo aborda o processo de educação kaiowá, dividido conforme o sexo e a idade. A metodologia educativa transmite a ideia de pertencimento ao grupo e do princípio de dar e receber bens materiais e imateriais, por meio de conselhos, ensinamentos, reprimendas e fofocas. O objetivo é garantir à criança e ao jovem a construção e a fixação da personalidade e sua adequação ao estilo comportamental vivido pela família extensa.

Por isso, o autor apresenta as funções dos “líderes-orientadores”, as fases e os processos educacionais culturais vivenciadas pelas crianças e jovens. As experiências de vida destes membros ocorrem através dos espaços sociais (eventos cerimoniais sagrados e profanos), da atuação da liderança feminina e a preocupação com a estabilidade emocional-afetiva e o bem-estar de todos os integrantes da família, além de outras práticas sociais que oportunizam a transmissão dos conhecimentos. Mas se ressalta que o ensino doméstico ainda “[...] é realizado através do método oral,

repetitivo e contextualizado, baseado nos interesses de cada família extensa” (p. 69), principalmente, realizados nos eventos religiosos com o objetivo de que “[...] as crianças aprendem como devem viver e se comportar de acordo com o modo de ser e viver de cada família extensa” (p. 75).

No último capítulo, “Os Ava em face da educação escolar”, Benites fala da implantação da educação escolar oficial (sua estrutura, o funcionamento e a prática pedagógica) nas reservas indígenas, fundada na perspectiva ocidental e etnocêntrica, correspondendo a um modelo integracionista associado à evangelização.

Segundo Tônico, surgiram diferentes perspectivas das famílias extensas quanto à necessidade de ir às escolas e do seu papel na “comunidade”. Um dos motivos principais para aprender a ler e a escrever era o de conseguir desvendar os segredos do papel. Ao conseguirem “fazer falar o papel”, poderiam entender o poder do conhecimento escrito do não-índio, tornando-se um instrumento importantíssimo no contato com os *karai*, na relação de trabalho e em transações comerciais para não serem mais enganados. Porém, algumas lideranças religiosas questionaram o uso, o ensino e a aprendizagem da sabedoria da palavra escrita. Mas se chegou à conclusão de como se devia proceder diante desses fatos para não alterar significativamente o modo de ser e viver *kaiowá*.

Benites discorre também que a configuração da educação escolar oficial exigiu das famílias extensas um cuidado redobrado, já que o espaço educacional desconsiderava os costumes, as normas morais, as crenças e os hábitos dos *Ava Kaiowá*. Neste contexto, a escola se tornou um instrumento político-econômico, uma vez que a família extensa e os parentes do “capitão indígena” tiveram oportunidades de cargos que revertiam em vantagens econômicas, sociais, políticas para a família extensa dominante.

Entretanto, as práticas pedagógicas continuavam sendo integracionistas, civilizatórias, etnocêntricas, ideológicas, descontextualizadas. Depois de várias reivindicações dos indígenas, somente a partir da década de 90 é que se passou a atender a algumas das exigências. Vale lembrar que o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) tomou medidas de realizar novas experiências no campo da educação escolar, propondo atividades diferenciadas e específicas da cultura *kaiowá*. Todavia, outras pautas de reivindicação continuaram e até hoje se encontram pendentes, uma delas é a formação do professor indígena.

Nos últimos anos, realizaram-se alguns projetos através das universidades, como o “Projeto Ara Verá” (1999) e o curso de licenciatura indígena “Teko Arandu” (2010). E ainda houve a modificação das escolas localizadas na reserva para serem reconhecidas como escolas indígenas. Apesar dos Projetos Políticos Pedagógicos atuais estarem assentados nas propostas do Referencial Curricular para as Escolas Indígenas, eles continuam sendo orientados pela lógica colonial. Na “[...] visão das lideranças de famílias extensas há ainda muitas dificuldades de se entender essa diferença entre educação escolar antiga e educação escolar indígena diferenciada, bilíngue e intercultural” (p. 91).

Nas considerações finais, Benites sintetiza suas reflexões, expondo as observações necessárias quanto às formas coloniais impostas aos indígenas por meio da criação das reservas, do trabalho da FUNAI, dos agentes missionários e a criação do cargo “capitão indígena”. O pesquisador ressalta que há a contraposição entre o modo de ser atual e o modo de ser antigo, mas ainda se vivencia a cultura indígena *Ava Kaiowá*. Nessa direção, as famílias percebem a função das escolas como completar a educação, promovendo o ensino-aprendizagem com o objetivo de ser um instrumento de luta. Mas as escolas indígenas ainda têm dificuldades de lidar com contexto cultural e as peculiaridades das famílias extensas, realizando um trabalho caricato da cultura indígena. Por isso, Benites propõe repensar “[...] as atividades das escolas indígenas em vigor e de reescrever um novo Projeto Político

Pedagógico [...]”, instigando à escola a “[...] estar a serviço da diversidade de ser e de viver de cada família extensa contemporânea, o *Ava kuera reko reta* (‘modo de ser múltiplo’)” (p. 103).

Após a leitura atenta, crítica e rigorosa, pode-se analisar a linguagem, o estilo e a profundidade antropológica do livro de Benites. A obra contém uma linguagem clara, fluida e densa. Ao mesmo tempo em que as palavras são de fácil compreensão, possuem uma profundidade cultural. Percebe-se que o autor está sendo um porta-voz do tema, comprometido como uma análise antropológica séria, reflexiva e densa da sua cultura. Discorre abertamente sobre as dificuldades, a superação e os desafios que existem na vida do seu povo. Expõe as feridas causadas por uma colonialidade do ser, do saber, do viver e do poder (Mignolo 2004). Tudo isso foi possível por meio de uma estrutura do texto baseado numa séria metodologia de pesquisa antropológica, com uma exposição textual organizada sobre o tema, interligando os conceitos e as reflexões. É interessante notar que Benites faz uma leitura do presente e do passado sobre os temas e os fatos ocorridos, mas não realizando uma compartimentalização e fragmentação da realidade no ato de pesquisar que, por sua vez, é criticada por Pacheco de Oliveira (1999).

Nesse sentido, apreende-se a profundidade da compreensão e da análise do autor a respeito da situação do seu povo, intermediado pelo conceito de “**territorialização**” de Pacheco de Oliveira (1998: 55) que significa o processo de reorganização social. Benites, ao analisar o processo histórico-social-político dos *Ava Kaiowá*, destaca que a organização social atual funda-se nesse processo de territorialização. Aponta que a partir do colonialismo, a comunidade indígena kaiowá tentou se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, construindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais. O autor também realiza um resgate da plena historicidade dos sujeitos históricos, descrevendo como eles estão imersos e como se constituem em cada ambiente líquido (as épocas e os ecúmenos) (Pacheco de Oliveira 1999: 106).

Aliás, observa-se que a pesquisa de Benites afina-se com a reflexão de Smith (2005) sobre o conhecimento que foi/é colonizado, porque ele é uma forma de dominação. De acordo com Smith (2005) é preciso **descolonizar o conhecimento**, a pesquisa e a sua estrutura. Isto é, a pesquisa de Benites avança na produção acadêmica sobre o Kaiowá, tornando-se parte de uma literatura comprometida com a visão do próprio indígena pesquisador sobre a sua própria cultura. Uma visão descolonizadora tanto no conhecimento produzido quando na forma de se pesquisar.

Refere-se a uma pesquisa que combate o **colonialismo interno** (González Casanova 2002/2006) tanto nas pesquisas financiadas por governos quanto no trabalho antropológico realizado nas academias por indígenas, pois apesar do autor ser indígena não teve o papel de desviar os conhecimentos atingidos na produção da dissertação para consignar aos interesses do grupo ao qual pertence. Sua pesquisa critica a maneira como o Estado procura solucionar as condições de vida da população indígena, por meio de um trabalho assistencialista e paternalista (revestido de uma forma colonial diferente). O papel político assumido no seu trabalho etnográfico não é partidarismo ou politicagem. A sua pesquisa consiste na consolidação de um **tempo intersubjetivo** que faz o encontro entre o Eu e o Outro, possibilitando ao Outro ser **coetâneo** (Fabian 1991).

Portanto, a obra “A escola na ótica dos *Ava Kaiowá*” é um convite para refletir sobre a importância de o antropólogo indígena pesquisar a sua própria cultura, bem como ter um olhar atento as modificações no seu espaço social. O estudo de Benites colabora na discussão sobre a escolarização nas aldeias indígenas, apresentando as lacunas, os limites e as possibilidades do seu trabalho educacional. Apresenta que uma escola indígena só será possível se houver a participação

das famílias extensas no desenvolvimento educacional dos filhos, e ainda, respeitar os estilos e costumes peculiares das famílias. Trata-se de repensar a escolarização indígena de forma coetânea e intercultural.

Bibliografia

- FABIAN, Johannes. *Time and the work in Anthropology: critical essays*. Chur (Switzerland), Harwood Academic Publishers GmbH, 1971-1991. 256p.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2002. 320p.
- _____. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, Atilio A. et al. (Org.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 395-419.
- MIGNOLO, Walter D. Os esplendores e as misérias da "ciência": colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento Prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-709.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. "Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais". *Mana*, Rio de Janeiro, 4, p. 47-77, 1998.
- _____. *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. 272p.
- SMITH, Linda Tuhiwai. *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples*. London: Zed Books Ltd; Dunedin: University of Otago Press, 2005. 208p.